



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV**

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065  
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo de Doação Nº 13/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

**TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E A  
ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO PIAUÍ-  
ACEP DESTINADO À DOAÇÃO DE  
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.**

**PROCESSO 23.0.000014793-1.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ sob nº 06.981.344/0001-05, situado na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509, São Raimundo, CEP 64.075-065 - Teresina-PI, doravante denominado TJPI, neste ato representado pelo seu Excelentíssimo Desembargador Presidente **HILO DEALMEIDA SOUSA**, ora designado DOADOR, e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO PIAUÍ-ACEP**, CNPJ 06.872.345/0001-11, situada na Rua Beneditinos, 537, São Pedro, Teresina-PI, neste ato representado por seu Presidente **IONADSON MARQUES BASTOS**, Registro Geral 1100431 SSP-PI, CPF 470.418.893-00, ora designada **DONATÁRIA**, resolvem celebrar o presente termo de doação, observados os princípios e exigências da Lei Federal n. 14.133/2021, mediante cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente termo visa a doação de bens móveis, presentes no Despacho Nº 28142/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD/DEPMATPAT (id.SEI.nº 4105901), considerados inservíveis para o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à Associação dos Cegos do Piauí-ACEP.

1.2 Os bens móveis, objeto do presente termo, foram devidamente avaliados, conforme Laudo Técnico por oficial de justiça e avaliador (id.SEI.nº 4460455).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRESSUPOSTOS PARA DOAÇÃO**

2.1 Considerando a inconveniência socio-econômica na escolha por outra forma de alienação de bens inservíveis em desuso do Tribunal de Justiça e o interesse único e exclusivo da Donatária em utilizá-los na consecução dos fins e interesses sociais previstos em seu estatuto, pressuposto que autoriza, com fundamento no art. 76, II, "a", da Lei 14.133/2021, outrossim, na Portaria da Presidência-TJPI nº 1.171/2008, itens 13.1.2, "a" c/c item 15, a doação dos bens móveis de propriedade do Doador, conforme contido nos autos do Processo nº 23.0.000014793-1;

2.2 Serão entregues, mediante termo de recebimento emitido pela DONATÁRIA, os bens/materiais descorados do patrimônio público do Tribunal de Justiça, conforme especificações constantes na Cláusula Primeira;

2.3 Sob pena de reversão dos bens/materiais doados, a Donatária deverá se comprometer a:

I – Usar os bens/materiais doados exclusivamente pela consecução dos fins sociais, em consonância com os princípios e objetivos representados no respectivo estatuto;

II – Comprometer-se a não alienar o referido bem e, em caso de dissolução, e não tendo sido utilizados, doá-lo a outra entidade de natureza similar do município, preferencialmente, ou a qualquer outra do Estado do Piauí;

III - Responsabilizar-se em dar destinação correta ao bem inservível doado por este Tribunal, nos casos em que o citado bem, após a doação, seja danificado e não possa ser reutilizado/reciclado pela citada entidade.

## CLÁUSULA TERCEIRA– DO AMPARO LEGAL E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

3.1 O presente Instrumento será regido pela Lei 14.133/2021, art. 76, II, "a" e pela Portaria da Presidência-TJPI nº 1.171/2008, itens 13.1.2, "a" c/c item 15, bem como pelas cláusulas e condições nele estabelecidas.

## CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 Para dar publicidade e eficácia ao presente Instrumento, o Tribunal de Justiça providenciará a publicação no Diário Oficial da Justiça, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 A Donatária declara que concorda plenamente com todos os termos e condições do presente instrumento, e aceita plenamente a doação em tela;

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina-PI, com exclusão de qualquer outro, como o local competente para dirimir quaisquer dúvidas ou para propor quaisquer medidas não eventualmente solvidas no âmbito administrativo;

5.3 Estando justo e acordado, assim o presente termo de doação, no teor, e na forma aqui estabelecida, assinam as partes abaixo, para fins de produção dos efeitos legais e de direito entre as partes.



Documento assinado eletronicamente por **IONADSON MARQUES BASTOS**, **Usuário Externo**, em 02/08/2023, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa**, **Presidente**, em 28/08/2023, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4532150** e o código CRC **AA1AF911**.